

## **Editorial nº 7 – Os “investimentos” financeiros na proposta de orçamento de 2021**

Normalmente as análises do OGE referem-se às despesas e receitas não financeiras e à dívida, ignorando completamente a despesa financeira.

Há vários anos que o “investimento” financeiro representa uma parte importante da despesa do Estado, exercendo pressão sobre os serviços e investimentos públicos e o aumento da dívida.

Os “investimentos” financeiros correspondem sobretudo à aquisição de partes do capital em empresas, nomeadamente, aos aumentos de capital das empresas e bancos do Estado em risco de sobrevivência. Têm servido, sobretudo, para “tapar os buracos” deixados nos bancos do Estado por gestões comprometidas politicamente, especialmente no que diz respeito ao crédito.

Portanto, nós temos o direito de ser informados, com todo o pormenor, sobre os montantes que já foram despendidos nestes “investimentos” e o que se pensa fazer no futuro.

No OGE de 2020 revisto e na proposta do OGE de 2021, estão inscritos, nesta rubrica, montantes de 505,6 e 768,6 mil milhões de Kwanzas, correspondendo a 1,6% e 1,8% do PIB, respectivamente. Note-se que a venda de participações é praticamente nula em 2020 e representa apenas 20% dos aumentos de participações em 2021.

Centremo-nos na proposta orçamental de 2021. Ao mesmo tempo que se fazem “investimentos” financeiros de 800 mil milhões, o montante de todas as aquisições de bens pelo Estado totaliza menos de 400 mil milhões, ou seja, prevê-se gastar na correcção de erros de gestão cerca do dobro das compras totais do Estado! Não admira, pois, que não haja seringas e medicamentos suficientes nos hospitais, alcatrão para reparar as estradas, cartões plásticos para os BI, e tudo o mais que é necessário para que os serviços públicos funcionem!

Costuma-se argumentar com os efeitos sempre nefastos de deixar estas empresas falirem mas, na nossa opinião, a sua manutenção parece envolver custos sociais muito superiores. Senão vejamos: estes “investimentos” correspondem a 76% da despesa de educação, 91% da despesa de saúde, 109% da segurança pública e 137% da protecção social. Não será o custo social de não melhorar significativamente estas funções muito mais importante? Ou reduzir a dívida e, subsequentemente, os juros que são já, neste orçamento, a despesa de maior volume, superior às remunerações de todos os polícias, militares e funcionários civis do Estado?

Além do mais, há limites para as tentativas de salvação de projectos não rentáveis! É necessário enfrentar o problema, antes de mais publicando informação pormenorizada sobre cada empresa e apresentando um cronograma detalhado para a venda destas participações, mesmo que isso implique perder grande parte dos “investimentos” já realizados; o país não parece estar em condições de suportar mais tentativas de salvação do que já provou não ter viabilidade, pelo menos sob a gestão deste Estado.

O Estado tem prioridades inadiáveis: o montante dos juros; os rendimentos petrolíferos que apresentam uma tendência decrescente acentuada; a economia que continua em recessão; a inflação que é insuportável; as estradas que continuam num estado lastimável e sem manutenção adequada; a saúde, educação, segurança pública e apoio social que exigem toda a atenção do Estado. Não existem nem recursos humanos, nem financeiros para mais.

Há que conhecer os nossos limites, definir o que podemos fazer e saber o que sacrificar!

Luanda, 6 de Novembro de 2020

Heitor Carvalho

Director do Cinvestec